



A DESIGUALDADE AINDA ESTÁ ENTRE NÓS? RAÍZES DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

IS INEQUALITY STILL AMONG US? ROOTS OF RACIAL DISCRIMINATION

¿AÚN HAY DESIGUALDAD ENTRE NOSOTROS? RAÍCES DE LA DISCRIMINACIÓN RACIAL

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos¹

RESUMO

O artigo intitulado A Desigualdade Ainda Está Entre Nós? Raízes da Discriminação Racial, aborda a persistência do racismo como um mecanismo estrutural na sociedade capitalista, enfatizando que o preconceito racial vai além de atitudes individuais, sendo uma questão sistêmica arraigada na história colonial e escravocrata do Brasil. As práticas racistas continuam a violar os direitos humanos das populações negras, limitando o acesso a oportunidades e perpetuando a violência. O texto argumenta pela necessidade de políticas públicas abrangentes que enfrentem o racismo de forma holística, considerando a intersecção entre raça, gênero e classe. Ressalta-se a importância de ações democráticas inclusivas, com a participação ativa de negros nas esferas de poder para uma efetiva abordagem antirracista. Em síntese, o artigo conclama a um comprometimento com a justiça social e a igualdade racial, exortando a adoção de uma postura antirracista na formulação de políticas públicas que garantam a emancipação e a dignidade das populações negras.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Desigualdades; Política e Sociedade.

RESUMEN

El artículo titulado "¿La desigualdad sigue entre nosotros? Raíces de la discriminación racial" aborda la persistencia del racismo como mecanismo estructural de la sociedad capitalista, subrayando que los prejuicios raciales van más allá de las actitudes individuales y son una cuestión sistémica enraizada en la historia colonial y esclavista de Brasil. Las prácticas racistas siguen violando los derechos humanos de las poblaciones negras, limitando el acceso a las oportunidades y perpetuando la violencia. El texto defiende la necesidad de políticas públicas integrales que aborden el racismo de forma holística, teniendo en cuenta la intersección entre raza, género y clase. Subraya la importancia de acciones democráticas inclusivas, con la participación activa de la

¹ Mestre e Doutor em Educação. É psicanalista. Pedagogo, Bacharel em Administração. Atualmente é Membro da Cátedra Otavio Frias Filho de Estudos em Comunicação, Democracia e Diversidade USP/IEA. Sócio(a) da SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Membro da Rede Nacional da Ciência para a Educação- CPe. E-mail: dpestanda@usp.br



población negra en las esferas de poder para un enfoque antirracista eficaz. En resumen, el artículo reclama un compromiso con la justicia social y la igualdad racial, instando a la adopción de una postura antirracista en la formulación de políticas públicas que garanticen la emancipación y la dignidad de las poblaciones negras.

Palabras clave: Políticas Públicas; Desigualdades; Política y Sociedad.

ABSTRACT

The article entitled *Is Inequality Still Among Us? Roots of Racial Discrimination* addresses the persistence of racism as a structural mechanism in capitalist society, emphasizing that racial prejudice goes beyond individual attitudes and is a systemic issue rooted in Brazil's colonial and slave-owning history. Racist practices continue to violate the human rights of black populations, limiting access to opportunities and perpetuating violence. The text argues for the need for comprehensive public policies that tackle racism holistically, considering the intersection between race, gender and class. It emphasizes the importance of inclusive democratic actions, with the active participation of black people in spheres of power for an effective anti-racist approach. In summary, the article calls for a commitment to social justice and racial equality, urging the adoption of an anti-racist stance in the formulation of public policies that guarantee the emancipation and dignity of black populations.

Keywords: Public Policies; Inequalities; Politics and Society.

1. DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: RAÍZES HISTÓRICAS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Tenho pensado a expressão "metafísica do racismo" para circunscrever uma certa abordagem do racismo se mostra como uma imagem da realidade – Wanderson Flor do Nascimento

O Brasil é conhecido internacionalmente por sua diversidade cultural e racial, uma nação que abriga uma mistura única de etnias e tradições. No entanto, por trás dessa fachada de harmonia racial, persistem desigualdades profundas e persistentes que afetam a vida cotidiana de milhões de brasileiros. Este artigo aborda as persistentes desigualdades raciais que permeiam a sociedade brasileira contemporânea, destacando a importância das resistências negras como ferramentas para combater essas disparidades.

Para entender as desigualdades raciais atuais no Brasil, é crucial examinar suas raízes históricas. Durante mais de três séculos, o país foi um dos maiores impérios



escravagistas do mundo, e essa herança deixou cicatrizes profundas. Apesar do mito da "democracia racial", que sugeria uma harmonia racial, a realidade é que as disparidades persistiram após a abolição da escravatura em 1888.

Andrews (2016) e Nogueira (2017) e Hasenbalg (1979) jogam luz sobre como é abordado de forma contundente a persistência das desigualdades raciais no Brasil, apesar de sua diversidade étnica e da ideia de democracia racial que foi propagada ao longo da história. É justo considerar a importante necessidade de olhar para o racismo não apenas como um problema individual, mas como uma estrutura política e econômica enraizada nas instituições sociais do país.

Um dos postos-chave que se pode trazer aqui é a compreensão de que o racismo não é apenas um preconceito pessoal, mas sim uma relação de poder que permeia todas as esferas da sociedade, desde o acesso desigual à educação e oportunidades de trabalho até a expectativa de vida e a saúde. A ideia de que o racismo é estruturado por dentro das instituições sociais destaca a necessidade de reformar essas instituições para superar o racismo.

A conexão entre o racismo e a história da escravidão no Brasil também é destacada, mostrando como a ideologia do branqueamento foi usada para justificar a opressão racial e a manutenção dos privilégios das classes dominantes. Isso evidencia como a população negra foi historicamente subjugada e como as leis foram usadas para perpetuar essa opressão.

Além disso, a ideia da "democracia racial" como um mito que serviu para ocultar as verdadeiras desigualdades e discriminações raciais que persistem na sociedade brasileira. Essa ideia de harmonia racial mascarou as tensões e o racismo estrutural, impedindo que as questões de racismo e opressão se tornassem uma questão pública e política.

Ressalta-se aqui, como o racismo frequentemente é reduzido a questões pessoais, como acomodação ou complexos individuais, em vez de ser tratado como uma questão social e coletiva que está enraizada nas estruturas sociais, econômicas, políticas e

culturais do país. Isso impede uma compreensão completa das causas e consequências do racismo e dificulta a busca por soluções eficazes.

É urgente reconhecer o racismo como uma questão estrutural e sistêmica que requer mudanças profundas nas instituições sociais e nas mentalidades para ser superado. Ela desafia a ideia da democracia racial como um mito e enfatiza a necessidade de enfrentar as desigualdades e as opressões raciais de maneira coletiva e política.

Hoje as desigualdades raciais no Brasil são evidentes em várias esferas a saber uma:

- I. *Desigualdade Econômica:* A população negra ainda enfrenta níveis mais altos de pobreza e desemprego em comparação com a branca.
- II. *Acesso à Educação:* Embora tenha havido avanços significativos, a população negra ainda enfrenta barreiras no acesso à educação de qualidade.
- III. *Violência Policial e Encarceramento em Massa:* Jovens negros são desproporcionalmente afetados pela violência policial e pelo sistema de justiça criminal.
- IV. *Saúde e Expectativa de Vida:* As condições de saúde e a expectativa de vida da população negra são mais baixas em comparação com a branca.

O racismo estrutural está profundamente enraizado na sociedade brasileira, afetando as oportunidades, as interações sociais e as perspectivas de vida da população negra. Isso se reflete na discriminação no mercado de trabalho, na segregação residencial e nos estereótipos negativos presentes na mídia e na cultura popular.

Apesar dos desafios, o Brasil tem testemunhado um crescimento notável dos movimentos sociais negros. Organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU) e a Marcha das Mulheres Negras têm desempenhado um papel fundamental na luta por igualdade racial. Além disso, as redes sociais têm se tornado um meio poderoso para compartilhar histórias e conscientizar sobre o racismo.

A cultura negra tem sido uma fonte de resistência e empoderamento. O movimento afro futurista e a produção literária e cinematográfica afro-brasileira têm desafiado estereótipos e promovido representações mais autênticas da comunidade

negra. Neste íterim, cabe ressaltar a importância crucial de reconhecer e expor as consequências profundas de séculos de racismo estrutural e sistêmico, algo que continua a moldar a sociedade contemporânea. Esse reconhecimento é o primeiro passo para confrontar as disparidades raciais persistentes que persistem em várias esferas da vida. A discriminação e o racismo deixaram marcas profundas nas comunidades negras, afetando suas oportunidades de educação, emprego, saúde e participação na esfera pública.

Destaca-se, contudo a vitalidade das formas de resistência elaboradas pela população negra ao longo da história. Essa resistência é um testemunho da força e da resiliência dessas comunidades, que enfrentaram adversidades significativas. As lutas passadas e presentes dos negros e negras contribuíram para a conscientização da sociedade sobre as injustiças raciais e para a promoção da igualdade racial. Isso demonstra a importância de celebrar essas histórias de resistência e reconhecer os heróis anônimos que lutaram e continuam lutando contra o racismo.

É necessário jogar luz na forma e tratamento dos dados sobre as desigualdades raciais que devem ser feitas em um contexto mais amplo, que leve em consideração as transformações societárias, as políticas públicas e a esfera do Estado. Isso é essencial para compreender como as estruturas sociais e institucionais podem perpetuar ou combater o racismo. Além disso, chama a atenção no presente artigo para a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade racial de maneira transversal, ou seja, integrando essa perspectiva em todas as áreas da sociedade. Isso ressalta a importância da ação governamental na criação de um ambiente mais equitativo para todos os cidadãos, independentemente da sua raça ou origem étnica.

É junto ainda, refletir sobre a chamada metafísica do racismo defendida pelo professor Wanderson Flor do Nascimento, que convoca-nos a um exame profundo das estruturas filosóficas que historicamente têm fundamentado a diferenciação e hierarquização de seres humanos com base em características raciais. A suposição de que existem diferenças intrínsecas, tanto cognitivas quanto morais, entre os corpos

racializados manifesta-se como um dos mais persistentes e perniciosos elementos do pensamento racista.

No cerne desta abordagem metafísica está a noção de que o corpo não é apenas um receptáculo biológico, mas um campo onde se projetam significados sociais e valorativos. A filosofia antropológica racializada emergente desta visão perpetua uma dualidade problemática: corpos marcados negativamente por certas raças são vistos como mais próximos da 'natureza bruta' e, portanto, desprovidos das qualidades refinadas da racionalidade e da cultura, enquanto corpos positivamente racializados, notadamente os brancos, são associados à razão e à capacidade de mediar e transformar a natureza.

Essa concepção essencialista e binária atua não apenas como uma distinção, mas também como uma forma de estratificação que legitima e perpetua o racismo. A ideia de que corpos negros ou indígenas são inerentemente mais 'naturais' e menos 'racionalis' tem sido usada historicamente para justificar práticas de dominação e exploração, ao passo que a alegada superioridade racional dos corpos brancos tem servido para sustentar políticas de exclusão e opressão.

O desafio que enfrentamos é a desnaturalização desta imagem metafísica do racismo, que está profundamente enraizada nas psiques individuais e nas instituições sociais. A naturalização desse racismo metafísico funciona como uma barreira significativa à transformação das relações opressivas, pois oculta seu caráter construído e a possibilidade de sua desconstrução.

A politização da imagem racializada do corpo humano é imperativa. Isso implica em trazê-la de volta ao domínio das construções socioculturais e históricas, reconhecendo o racismo como um produto de contextos sociais e políticos específicos, e não como uma inevitabilidade ligada à condição humana ou à biologia. Tal reconhecimento é vital para a elaboração de estratégias eficazes de combate ao racismo.

Ao entender o racismo não como um dado a priori, mas como um fenômeno social que pode e deve ser contestado, abre-se a possibilidade de uma reconfiguração das relações humanas baseada no respeito mútuo e na valorização da diversidade. Isso exige um compromisso coletivo para com a educação antirracista, a reforma de instituições e práticas discriminatórias, e a promoção de uma consciência crítica que desafie as premissas da metafísica racista.

Portanto, para erradicar o racismo, devemos ir além do repúdio ao preconceito e à discriminação manifesta. Requer-se uma revisão e uma rejeição ativas das concepções filosóficas que sustentam a ideia de hierarquia racial. Somente assim poderemos aspirar a uma sociedade verdadeiramente inclusiva e igualitária, onde a diversidade humana seja celebrada como uma fonte de riqueza e não como uma justificativa para hierarquias e exclusões.

A questão do racismo, longe de ser um tema circunscrito ao passado ou a manifestações isoladas de preconceito, revela-se uma das chagas mais persistentes e complexas da sociedade contemporânea. As dimensões que o racismo assume no tecido social não são apenas reflexos de uma ignorância superficial, mas também de uma lacuna epistemológica profunda que negligencia, quando não silencia, o pensamento produzido por povos não ocidentais. A inclusão de perspectivas não ocidentais na discussão sobre o racismo não se trata de uma mera expansão da base de conhecimento, mas sim de um desafio à estrutura hegemônica que perpetua a marginalização de outras epistemologias.

Em uma análise crítica do racismo, é imperativo considerar o entrelaçamento histórico e funcional deste com o capitalismo. O capitalismo, emergindo no seio da modernidade, carregou consigo as marcas do racismo que moldaram suas estruturas e práticas. Contrapondo-se aos modelos expropriatórios do Antigo Regime, o capitalismo, contudo, não se desvencilhou das amarras racistas que o influenciaram desde a sua concepção. A escravidão moderna, peça central no desenvolvimento do capitalismo e de sua lógica acumulativa, atesta a forma como o racismo foi e continua sendo um vetor de desigualdade intrínseca ao sistema capitalista.

Nessa conjuntura, o racismo não se apresenta apenas como um mecanismo de exclusão social ou de distribuição desigual de oportunidades; ele também ensina e dá forma ao funcionamento do capitalismo. A alegada meritocracia e emancipação prometidas pelo capitalismo revelam-se, na prática, eivadas de expropriação e exploração que não podem ser compreendidas sem atentar para suas raízes racistas. Esta é uma perversidade que a narrativa capitalista tradicional muitas vezes omite ou escamoteia.

Portanto, ao pensarmos o racismo hoje, é crucial não só reconhecer as vozes e saberes outros, mas também reinterpretar a história econômica e social à luz de um entendimento mais complexo e abrangente. Esta reinterpretação exige um escrutínio das relações de poder que definem quem tem a autoridade para produzir conhecimento e quem é relegado à condição de objeto de estudo.

A integração de perspectivas diversas na análise do racismo não se configura somente como uma ampliação democrática do debate, mas como uma necessidade urgente para a desconstrução de estruturas opressivas que se perpetuam sob a aparência de uma naturalização histórica. Afinal, dismantelar o racismo e suas articulações com o capitalismo implica em uma revolução não apenas social e econômica, mas também epistemológica, onde a pluralidade de vozes e experiências seja a pedra angular da construção de um mundo mais justo e igualitário.

2. O PENSAMENTO SOCIAL SOBRE O RACISMO HISTÓRICO

Ainda que a liberdade conseguida pela Lei Áurea de 13 de maio de 1888 fosse negra, a igualdade pertencia exclusivamente aos brancos. (SCHWARCZ, 2012, p. 24)

A inacabada abolição no Brasil e a subsequente criminalização de condutas, como a ociosidade, a vadiagem, a mendicância e a capoeiragem, revela uma realidade complexa e sombria que muitas vezes é negligenciada na narrativa histórica. A libertação dos escravizados não foi acompanhada por políticas eficazes de integração social e

econômica, deixando uma grande população negra à mercê de uma sociedade que ainda se via dominada por elites brancas.

A obra de Célia Azevedo (2004), "Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX", destaca o dilema enfrentado pelas elites da época: o que fazer com a população negra após a abolição? Essa preocupação revela como a sociedade brasileira estava profundamente enraizada em uma estrutura de desigualdade racial, e as elites temiam a possibilidade de desorganização do trabalho e o aumento de uma população considerada perigosa e fora de controle.

A ideia da inferioridade do brasileiro negro, justificada por questões biológicas e culturais, alimentou o preconceito racial que persiste até os dias de hoje. A chegada de imigrantes europeus foi vista como uma solução para o que era considerado o problema do trabalho negro sujo e desprovido de ética. Essa visão racista acabou moldando a lógica da discriminação racial no país e impedindo a plena inserção da população negra na economia.

Além disso, a perspectiva de que a pobreza e a alienação dos negros no século XX eram heranças da escravidão perpetuou a ideia de que a própria comunidade negra era incapaz de superar esses desafios. O racismo se consolidou como uma construção ideológica que servia aos interesses das classes dominantes, oferecendo uma justificativa "científica" para a importação de europeus e a marginalização da maioria da população brasileira.

Cabe um urgente alerta para a necessidade de reconhecer o legado do racismo histórico e suas ramificações persistentes na sociedade contemporânea, destacado aqui como a discriminação racial foi utilizada como uma ferramenta de controle social e econômico, e como a luta pela igualdade racial deve ser uma responsabilidade compartilhada, que exige uma análise crítica das estruturas que perpetuam o racismo em todas as suas formas.

Joga-se luz a uma discussão fundamental sobre a herança histórica da escravidão e o impacto duradouro que teve sobre a população negra e seus descendentes no Brasil.

A ideia de que esses indivíduos se tornaram marginais como resultado da lógica do progresso capitalista é especialmente significativa. Isso sugere que a transição da escravidão para a liberdade não representou uma verdadeira emancipação, mas sim uma mudança de status que deixou muitos à margem da sociedade, sem oportunidades reais de integração e avanço econômico.

Aponta-se para a construção de discursos que estigmatizaram os negros como incapazes e inadequados para o trabalho não coercitivo. Essas narrativas contribuíram para marginalizá-los ainda mais, perpetuando estereótipos prejudiciais que os prejudicaram ao longo do tempo. A noção de uma elite que via a população negra como uma ameaça potencial, devido à sua autonomia relativa e à sua exclusão das instituições políticas dominantes, destaca como o racismo não era apenas uma questão de preconceito individual, mas também de controle social e político.

Enfatiza-se novamente, a importância de compreender o racismo não apenas como um problema interpessoal, mas como uma questão estruturante das relações sociais. Isso significa reconhecer que o racismo não existe isoladamente, mas está interligado com outras formas de opressão, como o sexismo e a classe social. A luta contra o racismo deve ser acompanhada de uma análise crítica das transformações societárias que o perpetuam.

A ideia de que o combate ao racismo deve ter um "esteio anticapitalista" destaca a necessidade de abordar as raízes econômicas do racismo, reconhecendo que as desigualdades raciais estão intrinsecamente ligadas ao sistema econômico. Isso implica que a luta pela igualdade racial não pode ser separada da luta por uma sociedade mais justa e equitativa como um todo.

O Brasil caminha a passos largos na luta contra o racismo e precisa melhor analisar os indicadores educacionais, econômicos, políticos e sociais para entender a estrutura

das desigualdades raciais no Brasil. Isso é crucial para desenvolver estratégias eficazes de intervenção e superação dessas disparidades persistentes, apesar dos avanços conquistados pelos movimentos negros ao longo dos anos.

3 O RACISMO AINDA ESTÃO ENTRE NÓS?

As formas de resistência da população negra no Brasil nos convida a reconhecer a diversidade e a longa história dessas estratégias ao longo dos séculos. Essa perspectiva ampla abrange desde as lutas políticas organizadas até as expressões culturais e a afirmação identitária, destacando como todas essas manifestações representam formas plurais de resistência contra a opressão e a exploração que persistem na sociedade.

Na atual conjuntura, marcada por um ambiente político que tende a naturalizar violências e perpetuar desigualdades, a resistência da população negra continua sendo vital. A juventude negra das periferias, por exemplo, tem desempenhado um papel fundamental no fortalecimento da democracia por meio de movimentos culturais como o hip-hop e a arte urbana. Essas expressões não apenas fortalecem a identidade negra, mas também denunciam e combatem o extermínio dessa juventude, evidenciando como a cultura pode ser uma ferramenta poderosa na busca por justiça social.

Além disso, essa resistência destaca como a luta pela igualdade racial vai além das organizações políticas tradicionais, demonstrando a importância de reconhecer e valorizar as estratégias diversas que a comunidade negra emprega para desafiar a opressão. É um lembrete de que a resistência não se limita a um único método ou grupo, mas é um esforço coletivo que abrange todas as esferas da vida.

Nesse contexto, a resistência da população negra não é apenas uma resposta à opressão, mas também uma afirmação de identidade e dignidade. A luta não se limita apenas à busca por direitos e igualdade perante a lei, mas também à busca por reconhecimento, respeito e valorização da cultura negra. É um lembrete de que a resistência não é apenas reativa, mas também proativa, moldando o presente e o futuro da comunidade negra no Brasil.

São nesses territórios negros e periféricos que a força do capital e do Estado fincam suas mais perversas raízes. Porém, são nesses territórios que surgem expressões de resistências culturais e políticas, sobretudo por parte da juventude, que consegue construir experiências de sociabilidade e lutas alternativas e descolonizadoras, em face de um poder cada vez mais vil e agressivo contra as comunidades e populações negras. (Nogueira, 2017, p. 5)

A preocupação com os espaços de periferia das grandes e médias cidades, onde a população negra é majoritária e frequentemente relegada a trabalhos precarizados, revela a urgência de abordar as questões relacionadas à desigualdade racial em áreas urbanas. Esses espaços muitas vezes refletem a segregação econômica e social, onde a marginalização é uma realidade cotidiana para muitos negros e negras.

Além disso, a luta dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), como quilombolas, indígenas e povos de terreiro, para afirmar sua ancestralidade e buscar reparação por séculos de discriminação, destaca a resiliência desses grupos diante dos numerosos conflitos que enfrentam em sua busca por direitos. A ratificação da Convenção n. 169 da OIT e o Decreto n. 6.040/2007 representam avanços importantes no reconhecimento dos direitos dessas comunidades, mas a efetiva implementação desses direitos continua sendo um desafio, especialmente diante de ações que priorizam o lucro em detrimento do bem-estar das comunidades tradicionais.

Os conflitos envolvendo comunidades remanescentes de quilombos e povos indígenas, intensificados pela violência e pela depredação de recursos naturais, exemplificam as barreiras que esses grupos enfrentam na busca por seus direitos territoriais e culturais. A ideologia racista subjacente a muitas dessas ações perpetua a injustiça e a desigualdade.

Destaca-se com isso, o protagonismo dos movimentos de mulheres negras, que desempenham um papel vital na luta contra o racismo, o sexismo e o capitalismo. A Marcha das Mulheres Negras de 2015 é um exemplo notável desse ativismo, mostrando como as mulheres negras estão mobilizadas para denunciar as injustiças e promover o "bem viver" em uma sociedade que muitas vezes as marginaliza.



É preciso com isso, lembrar da diversidade e da complexidade das formas de resistência da população negra no Brasil, que vão desde a luta nas periferias urbanas até a defesa dos direitos territoriais e culturais dos Povos e Comunidades Tradicionais, e o papel vital desempenhado pelas mulheres negras na promoção da justiça social e da igualdade racial.

Em seu manifesto afirmaram

que elas permanecem sendo a base para o desenvolvimento econômico e político do Brasil sem que a distribuição dos ativos do trabalho seja revertida para seu próprio benefício. Denunciam que vivem a face mais perversa do racismo e do sexismo por serem negras e mulheres, e alvo de discriminação de toda ordem, as quais não permitem que gerações e gerações de mulheres negras desfrutem daquilo que produzem. (Lemos, 2015, p. 210)

O racismo, como fenômeno social multifacetado e complexo, suscita incessantes debates acadêmicos, tanto por sua persistência quanto por sua capacidade de metamorfosear-se sob variadas formas. O desafio de conceituar o racismo e de dissecar suas dimensões ontológicas e causais é intrincado, sobretudo porque requer um cuidado epistemológico que não simplifique sua natureza nem negligencie sua manifestação nas práticas sociais e estruturas institucionais.

A teoria social do racismo, ancorada nos preceitos do realismo crítico, aponta para uma abordagem que aspira à análise rigorosa deste fenômeno, evitando concomitantemente as armadilhas de um reducionismo ontológico e da desconexão analítica. Bhaskar 2008, com sua proposta de realismo crítico, oferece um arcabouço teórico significativo para a compreensão das ciências sociais e, por extensão, do racismo como objeto de estudo sociológico. A ontologia estratificada que ele advoga considera a realidade social como constitutivamente estruturada e, simultaneamente, como emergente da agência humana, o que concede à teoria social uma flexibilidade para discernir entre as dimensões estruturais e agentivas sem cair na ilusão de uma autonomia completa entre elas.

Para a análise do racismo, a aplicação do realismo crítico implica a recusa de uma fusão indistinta entre cultura, agência e estrutura. Reconhecendo a interdependência destas dimensões, a teoria realista crítica assevera a necessidade de manter, no plano analítico, uma separação que permita apreciar as dinâmicas específicas de cada uma, sem perder de vista como elas se articulam e afetam umas às outras em contextos históricos e geográficos determinados. Por conseguinte, discursos e ideologias racistas (cultura), práticas discriminatórias (agência) e políticas institucionais (estrutura) são entendidos como simultaneamente imbricados e distintos, cada um com seus mecanismos de reprodução e potencial de transformação.

A pertinência política de uma teoria do racismo assentada no realismo crítico reside na sua capacidade de fornecer uma análise que não apenas diagnostique as manifestações do racismo, mas também informe estratégias de combate e emancipação. A perspectiva crítica é intrínseca a esta abordagem teórica, posto que ela reconhece que o conhecimento sociológico é parte integrante da luta contra as opressões raciais. Nessa medida, o conhecimento produzido pelas ciências sociais, sob o escopo do realismo crítico, não é neutro, mas sim um vetor que deve orientar ações políticas voltadas para a superação das estruturas racistas.

O racismo, portanto, é mais que uma somatória de preconceitos individuais ou uma série de anacronismos culturais; é um complexo sociopolítico que permeia as dimensões da cultura, da agência e da estrutura. A sua análise, guiada pelo realismo crítico, permite que o fenômeno seja desdobrado em suas componentes sem perder de vista a sua configuração como um todo. Isso é crucial para a compreensão de como o racismo persiste e se transforma, e para o desenvolvimento de intervenções que sejam, simultaneamente, informadas e efetivas na busca pela justiça social e pela igualdade racial.

Sim! O racismo está entre nós e é justo lutar para que essa estrutura seja cessada.

À GUIA DE UMA CONCLUSÃO EM PROL DA RESISTÊNCIA

A reflexão sobre o racismo trazida neste artigo entendendo o mesmo como um operador estrutural na formação social capitalista nos leva a reconhecer a profundidade das desigualdades que persistem na sociedade contemporânea. o racismo não é apenas uma questão de preconceito individual, mas um sistema complexo que define os lugares sociais das pessoas com base em sua raça e etnia. essa estrutura desigual tem raízes profundas na história colonial e escravista do brasil e continua a se manifestar de maneiras insidiosas na sociedade atual.

A atual ofensiva do conservadorismo tem reeditado e reforçado as antigas desigualdades, resultando em violações graves dos direitos humanos para as populações negras. essas violações vão desde a violência policial até a falta de acesso a oportunidades econômicas e educacionais, dilacerando e desempoderando essas comunidades. é importante reconhecer que o racismo não é apenas um problema do passado, mas uma realidade presente que continua a prejudicar milhões de pessoas.

A emancipação da população negra vai além da dimensão econômica. ela envolve questões culturais, políticas e de valores profundas que afetam a dignidade e o bem-estar das pessoas. os indicadores apresentados destacam a urgência de políticas públicas qualificadas que abordem o racismo de maneira holística, considerando a interseção entre raça/etnia, gênero e classe social. isso significa reconhecer que as desigualdades raciais estão interligadas com outras formas de opressão e discriminação, e que políticas públicas eficazes devem abordar todas essas dimensões.

Ampliar ações que radicalizem a democracia é um caminho crucial para combater o racismo estrutural. isso envolve fortalecer os movimentos e as organizações da população negra, bem como garantir sua representação e participação em todas as esferas de poder. a inclusão e a voz ativa das comunidades negras nas decisões políticas são essenciais para garantir que as políticas públicas adotem uma abordagem antirracista e eficaz.

A sociedade deve adotar uma postura antirracista enquanto pensa em políticas públicas. isso significa reconhecer a natureza estrutural do racismo, entender suas interconexões com outras formas de opressão, e tomar medidas concretas para combater

as desigualdades e garantir a emancipação da população negra. Isso requer um compromisso profundo com a justiça social e a igualdade, e a disposição de enfrentar os desafios que o racismo ainda apresenta em nossa sociedade.

A discussão sobre o racismo no Brasil é marcada por uma pluralidade de interpretações e tensões, evidenciando um campo de debate que é tão rico quanto contencioso. Não raramente, observa-se que as tentativas de abordagem desse fenômeno apresentam um viés de dissimulação que procura atenuar a sua expressão mais violenta e explícita. A fim de deslindar essas nuances e compreender o racismo como uma violência explícita no contexto brasileiro, é imprescindível trazer à baila as múltiplas facetas que compõem esse entrelaçado social.

Historicamente, a sociedade brasileira tem sido marcada pela ideologia da democracia racial, uma narrativa que proclama a harmonia entre as raças e a ausência de barreiras raciais significativas no país. Essa percepção tem sido largamente criticada por acadêmicos e ativistas sociais, que a apontam como uma forma de mascarar as discrepâncias e desigualdades que se perpetuam de maneira sistemática. A insistência em uma suposta ausência de conflito racial é, por si só, um indicativo da complexidade com que o racismo se inscreve no Brasil: uma violência que se disfarça sob o véu da cordialidade e do mito da miscigenação.

É preciso considerar que, apesar dos avanços em termos de legislação e políticas afirmativas, o racismo no Brasil ainda se manifesta através de práticas institucionais e interpessoais que reiteram a marginalização e a inferiorização da população negra. A violência policial, a desigualdade socioeconômica, o acesso diferenciado à educação de qualidade e à saúde, a representação estereotipada na mídia e a sub-representação política são faces dessa violência explícita. As estatísticas de homicídios, desemprego e pobreza, desproporcionalmente altas entre negros, são evidências empíricas que desafiam qualquer tentativa de negação da relevância do racismo na estrutura social do país.

Ademais, a tentativa de disfarce dessa violência ocorre também na esfera do discurso. A retórica de que no Brasil o preconceito se dá "pela classe e não pela cor" é um argumento frequentemente utilizado para desviar o foco do componente racial das desigualdades. No entanto, esse argumento falha ao ignorar que a classe social e a raça estão intrinsecamente vinculadas, em decorrência de um legado histórico de escravidão e exclusão.

A tensão entre o reconhecimento e a negação do racismo é agravada por uma resistência em enfrentar as implicações de uma revisão crítica da história e da sociedade brasileira. Há um receio de que admitir o racismo de forma explícita possa abalar a autoimagem nacional ou exigir transformações profundas nas estruturas de poder e privilégio. Assim, muitas vezes o discurso antirracista é acolhido em sua forma mais superficial, sem que se promova uma efetiva mudança nas atitudes e nas práticas cotidianas.

Concordamos ainda com Nunes, Souza e Santos (2022) que no Brasil, o espaço que coube ao negro, em verdade, foi composto pela sobra de trabalho: os que se afastam da intelectualidade e se aproximam do trabalho braçal, gerando entre tantos outros problemas sociais: a) massa marginalizada, b) baixos níveis de participação política, c) desemprego, subdesemprego/trabalhos informais e d) baixas condições de vida.

Para que o racismo seja efetivamente combatido no Brasil, é preciso que haja uma conscientização coletiva que vá além do reconhecimento superficial da sua existência. Deve-se promover uma educação antirracista que enfrente o passado colonial e escravocrata do país, uma política de reparação que considere as desigualdades históricas e ações que garantam a representatividade e a igualdade de oportunidades para a população negra. Somente assim será possível desvelar e dismantelar as estratégias de disfarce e enfrentar a violência explícita do racismo que ainda marca profundamente a sociedade brasileira.

No panorama atual, o realismo crítico oferece uma lente analítica valiosa para examinar as articulações entre a estrutura social, as práticas institucionais e as ideologias raciais que sustentam a manutenção do racismo no Brasil. É crucial uma análise que reconheça as interconexões entre os níveis micro e macro da ação social, bem como a influência das estruturas de poder e das condições materiais sobre as relações raciais.

Por fim, a reflexão e a ação coletiva pautadas numa compreensão holística do racismo enquanto violência explicitamente entranhada no tecido social é uma condição *sine qua non* para a construção de uma sociedade genuinamente inclusiva e justa. A negação ou minimização do racismo apenas perpetua as injustiças e posterga o advento de um Brasil onde a equidade racial não seja apenas um ideal distante, mas uma realidade vivenciada.

Para onde vamos?

REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Reid. *América afro-latina: 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Annablume, 2004.

BHASKAR, A realist theory of science. London: Routledge, 2008.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LEMOS, Rosália de Oliveira. Mulheres Negras marcham em 2015 pelo bem viver. *Revista Ser Social*, Brasília, v. 17, n. 36, p. 207-224, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14957>. Acesso em: 30 set. 2017.

» http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14957

NOGUEIRA, Fábio. Governo Temer como restauração colonialista. *Le Monde*

Diplomaque Brasil, Rio de Janeiro, p. 4-5, 9 jan. 2017.



NASCIMENTO. Wanderson Flor do Racismo é sempre uma nova roupagem para práticas do período da colonização.2020 disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/600636-racismo-e-sempre-uma-nova-roupagem-para-praticas-do-periodo-da-colonizacao-entrevista-especial-com-wanderson-flor-do-nascimento>

NUNES, H. C. B. ; SOUZA, K. ; SANTOS, DOUGLAS MANOEL ANTONIO DE ABREU PESTANA DOS . **Branco sai, preto fica: notas da cinematografia contemporânea sobre o racismo e a multiculturalidade na migração.** In: Celso Luiz Prudente; Rogério de Almeida.. (Org.). Cinema Negro: uma revisão crítica das linguagens. 1ed.São Paulo: FEUSP, 2022, v. 1, p. 125-141. <https://doi.org/10.11606/9786587047393> Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/946 . Acesso em 21 Outubro 2023.

SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Submissão: 04/09/2023

Aceite: 21/11/2023